

ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DA CÂMARA TÉCNICA E DO COMITÊ ESPECIAL TRIPARTITE (CET) DO PROGRAMA ESPECIAL DE SAÚDE DO RIO DOCE

Data: 30 de outubro de 2025

Horário: Início às 10h30

Local: Anexo do Ministério da Saúde – 3º andar – Brasília/DF

Participantes:

- Camila Macedo – Casa Civil / Secretaria do Rio Doce
- Carolina Laboissiere Ulhoa Rath – SES-MG
- Daniel Sucupira – Assessor do Ministro da Saúde
- Felliipe Antonio Andrade Chaves – SES-MG / Representante Titular na Câmara Técnica
- Francisco José Dias da Silva – SESA/ES
- Júlia Pessoa – SEPLAG/MG
- Júlia Vilas Boas – SEPLAG/MG
- Juliana Carneiro – Secretária Executiva Adjunta/MS
- Kleber Rangel – MS / PES-RD
- Luiz Fernando Prado - SES-MG – Coordenação de elaboração do Plano de Ação Estadual
- Marcelio Costa – Representante Municipal no CET
- Mariana Calixto – Secretaria Municipal de Saúde do Rio Doce/MG
- Marilene Romão Gonçalves – SMS de Mariana/MG / Representante Municipal
- Michele Costa Laguardia – SES-MG / Vigilância em Saúde
- Poliana Cardoso Lopes – SES-MG / Secretária de Saúde
- Priscila Pereira Fardin – SESAI / Coordenação de Saúde Ambiental
- Renata França – PES-RD / MS
- Roberto Laperriere – SESA-ES / Representante Estadual na Câmara Técnica
- Rose Póvoa – Município de Sooretama/ES
- Sergio Rossi Ribeiro – Gestor do PES-RD / MS
- Sophia Pires - SES-MG / Vigilância em Saúde
- Tatiane de Melo – SES-MG / Vigilância em Saúde
- Thabata Gonçalves – PES-RD / MS

Foi reforçado que os(as) participantes devem **assinar a lista de presença** disponibilizada no chat, condição necessária para registro oficial em ata, pois de forma recorrente não existe a completitude das assinaturas dos presentes nas reuniões.

1. Abertura

A reunião foi aberta pelo representante do PES-RD, que confirmou a transmissão de áudio, em seguida, a presidente do CET, **Juliana da Silva Pinto Carneiro (Secretaria Executiva Adjunta/MS)**, fez saudação inicial, declarando aberta a 6ª reunião conjunta.

2. Leitura e Ajustes da Pauta

Foram incluídos na pauta, sem objeções:

1. Reintegração do ponto sobre identidade visual do PES-RD (alinhamento entre entes federados).
2. Plano de Ação do Estado de Minas Gerais
3. Avaliação do Plano de Ação do Município de Colatina/ES, já analisado pela Câmara Técnica.
4. Realocação do item referente à aprovação de atas para a seção de Informes.
5. Inclusão de informe do Ministério da Saúde sobre repasses financeiros aos municípios.

3. Informes

3.1 Fundo Perpétuo

O Ministério da Saúde informou que ainda não há definição final acerca do processo de integralização do Fundo Perpétuo, em razão de interpretações divergentes entre os entes federados.

O tema foi apresentado pelo Estado de Minas Gerais ao TRF-6 na reunião de monitoramento de 24/09, e o MS aguarda encaminhamentos formais, que também envolvem Casa Civil e AGU.

3.2 Aprovação de Atas

Foram aprovadas, sem manifestações contrárias, as seguintes atas:

- 1ª Reunião Conjunta CET + Câmara Técnica (26/02/2025);
- 2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica (10/04/2025);
- 2ª Reunião Ordinária do CET (24/04/2025);
- 3ª Reunião da Câmara Técnica (08/05/2025).

Registro: não foi possível anexar listas nominais de participantes devido ao número insuficiente de assinaturas nas listas de presença.

3.3 Repasses Financeiros aos Municípios

Foi apresentada, em tela, a página InvestSUS, indicando que:

- R\$ 400.573.364,40 já foram transferidos aos Fundos Municipais de Saúde dos 48 municípios com planos aprovados;
- A parcela complementar, estimada em cerca de R\$ 162 milhões, será repassada até a segunda quinzena de novembro, após aprovação de suplementação orçamentária federal;
- Não há atraso por parte do Ministério da Saúde na execução dos repasses.

O assessor Daniel Sucupira (MS) solicitou registro em ata em razão de declaração pública do Governador de MG sobre suposto atraso por parte do Governo Federal, reiterando que a informação não corresponde à execução real.

A representante Poliana Lopes (SES-MG) informou que tratará do tema internamente, destacando que a discussão extrapola a pauta técnica do CET.

O pedido de registro da manifestação foi acatado.

4. Apresentação do Plano de Ação do Estado de Minas Gerais

A SES-MG, representada por Poliana Lopes e Luiz, realizou apresentação do Plano Estadual.

Inscrição – Sra. Marilene Romão Gonçalves (Mariana/MG)

A representante municipal:

- Reconheceu o trabalho realizado, porém apontou desatualização de dados populacionais referentes ao município de Mariana, sugerindo verificação se a inconsistência se repete em outros municípios;
- Relatou ausência de continuidade no diálogo entre a Regional de Saúde e os municípios, informando que Mariana participou de apenas uma reunião sem retorno posterior;
- Solicitou esclarecimentos sobre o critério de distribuição territorial e financeira, uma vez que o plano está organizado por eixos temáticos, sem detalhamento nominal dos municípios beneficiados;
- Manifestou preocupação com a ausência de referência ao Hospital Universitário de Mariana, considerado estratégico para a rede regional;
- Registrou que o Plano Estadual não contempla o CR IV proposto por Mariana, podendo prejudicar a expansão da rede de CAPS;
- Sugeriu a possibilidade de **pedido de vistas** para ajustes antes da aprovação.

Resposta – Sra. Poliana Cardoso Lopes (SES-MG)

A representante esclareceu que:

- A opção pela estruturação por eixos segue o mesmo formato do Plano Federal, prevendo pactuação territorial posterior com os municípios;
- Os planos municipais foram considerados na elaboração, reconhecendo a necessidade de alinhamentos diretos em casos específicos, como o CER IV de Mariana;
- Sobre o Hospital Universitário, o Estado aguarda recebimento do estudo de perfil assistencial para análise;
- A aprovação do Plano Estadual não impede revisões subsequentes, que poderão ocorrer em reuniões bilaterais ou nas instâncias do CET.

Resposta – Sr Luiz Fernando –

O representante reforçou que:

- Para a construção do Plano, foram realizadas conversas com todas as regionais de saúde e mapeados pleitos já realizados anteriormente.

Manifestação – Sr. Marcelo Costa (COSEMS-MG)

O representante:

- Reforçou a necessidade de contrapartidas e garantia de acesso regional em investimentos hospitalares;
- Sugeriu realização de reunião ampliada (CIB específica) com participação dos municípios atingidos;
- Solicitou cronogramas de execução para investimentos estaduais e federais.

O representante do MS, Sr. Daniel Sucupira, informou que os cronogramas de entregas federais estão em construção e serão compartilhados.

Manifestação – Representante do Ministério da Saúde



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Após as manifestações dos Municípios, o representante do Ministério da Saúde, elencou as principais questões e dúvidas que surgiram ao analisar o PAE do Estado de Minas Gerais:

- A falta de definição explícita de quem irá executar as ações constantes em investimento (Se o Estado quem irá efetivamente executar ou haverá um repasse de recurso para o ente), colocando o Ministério como exemplo, que tem uma portaria de designação para a AgSUS executar as ações.
- Visando a futura prestação de contas, essa informação tem que estar bem definida no plano.
-

Resposta – Sra. Poliana Cardoso Lopes (SES-MG)

A representante:

- Reconheceu que essa informação é importante, e que constará no Plano;
- Respondeu ao questionamento do MS, que será via Resolução ou Convênio em sua maioria, e dependendo da natureza, e que os dois formatos são transferência de recurso, mas isso será incluído de forma clara;
-

Manifestação – Representante do Ministério da Saúde

- Foi levantada a preocupação de que os recursos destinados aos hospitais, muitos dos quais não são 100% SUS, possam ser utilizados em serviços que não atendam aos pacientes do SUS. Foi sugerido a necessidade de uma trava ou amarração para garantir que 100% dos recursos do acordo sejam investidos e aplicados exclusivamente no atendimento do SUS, mesmo em unidades mistas. Essa garantia é importante para evitar questionamentos futuros pelos tribunais de contas e órgãos de controle.
- Foi pedido para que os sete consórcios de saúde fossem explicitados no plano, incluindo o que cada um deles irá executar com os recursos, devido às suas especificidades.

Resposta – Sr. Luiz Fernando (SES-MG)

A representante:

- Concordou em reforçar essa exigência, para qualquer recurso que for repassado.
- Quanto aos consórcios, a relação será incluída ao Plano, podendo ser incluído quais são os municípios atingidos que o consorcio atende.

Manifestação – Representante do Ministério da Saúde

- Foi informado que na documentação enviada, não havia a manifestação do Conselho Estadual de Saúde sobre o Plano de Ação do Estado de Minas Gerais, e que essa documentação é condicionante a aprovação do Plano, tal qual foi necessário em todos os outros Planos (49 municípios e do Ministério da Saúde);
- Também informou que o tipo de manifestação é a critério do Conselho;
- Foi levantado também, que apesar de já ter discutido em outro momento e ter políticas específicas para as populações quilombolas, a SES-MG não incluiu ações para as comunidades quilombolas e indígenas não aldeadas.
- Também foi ressaltado a ausência de ações de formação e educação permanente.

Resposta – Sra. Poliana Cardoso Lopes (SES-MG)

- Informou que indígenas são considerados como critérios em atenção primária, mas será analisado a inclusão de quilombolas também.
- E ações de formação estão sendo custeadas com recurso próprio.
- Questionou qual seria a documentação enviada pelo Conselho e que tinham a comprovação do envio, por e-mail, do Plano Estadual ao respectivo Conselho.

Manifestação – Representante do Ministério da Saúde

- O representante do Ministério da Saúde, reforçou a necessidade do envio de um documento formal do conselho atestando a ciência do Plano, reforçando que todos os entes apresentaram tal documentação;

Manifestação – Representantes Mariana/MG e Rio Doce/MG

- Reiteraram a necessidade da anuência do CES/MG, enxergando nesse momento uma oportunidade para o Plano de Ação do Estado ser apresentado e debatido com os 38 municípios mineiros do Novo Acordo do Rio Doce.

Manifestação – Representante SES/ES

- Foi justificada a ausência de outros representantes devido a reunião da CIT e da emergência ocorrida no hospital oncológico Santa Rita;
- E que o Plano do estado não foi pautado no Conselho, por questões de alinhamentos e fechamentos necessários, mas que irá encaminhar tão logo tenha essa manifestação do CES/ES.

Manifestação – Representantes Rio Doce/MG

- Reforçou a impossibilidade de aprovação do Plano de Ação de Minas Gerais, pela Governança do Programa sem essa manifestação do Conselho e aproveitar para debater com os 38 municípios mineiros do Novo Acordo do Rio Doce.

Manifestação – Representante SES/MG

- Solicitou uma aprovação com ressalvas, sendo essa ressalva a ausência de manifestação do Conselho Estadual de Saúde;
- Informou também que a forma de alinhar com os municípios, após a aprovação da CET, pode ser regional, individual ou de outra forma, pois o Plano apresentado foi amplo da mesma forma que o Ministério da Saúde;

Manifestação – Secretária Executiva Adjunta

- Concordou que pactuações e alinhamentos, para evitar sobreposições de ações entre os entes, pode ser considerado ressalva. Porém a ausência de manifestação do CES/MG, parece ser um condicionante formal. O que impede a aprovação no momento.

Manifestação – Representante SES/MG

- Para finalizar, foi questionado se seria possível a aprovação com condicionante ou se só poderia ser aprovado após a manifestação do Conselho Estadual;

Manifestação – Representante do Ministério da Saúde

- Informou a impossibilidade de submeter a aprovação, pois um dos pré-requisitos não foi cumprido;
- Se comprometendo a convocar uma reunião extraordinária, assim que a SES/MG tiver essa documentação.

4. Deliberação: Aprovação do Plano de Ação do Município de Colatina

O PES Rio Doce declarou oficialmente a aprovação do Plano de Ação de Colatina, nos termos da Resolução nº 62 e da Nota Técnica nº 57. Foram esclarecidos os seguintes pontos:

- Colatina não participou da primeira rodada de repasses por não ter encaminhado o plano.
- Com a aprovação registrada, o município receberá os recursos na segunda parcela residual, que constituirá o valor total a que tem direito.
- Todos os demais municípios receberão apenas repasses residuais.
- A previsão de pagamento é ainda neste ano, no mês de novembro.

5. Ajustes na Ata da 3ª Reunião Ordinária

O representante Felliipe Antônio Andrade Chaves (SES/MG) informou que contribuições previamente enviadas por Luiza não haviam sido incorporadas na ata da 3ª reunião. Entre os ajustes necessários:

- Inserção da metodologia de avaliação dos planos, definida como avaliação conjunta entre técnicos estaduais, municipais e federais.
- Correções referentes a nomes constantes nas atas.

O PES Rio Doce solicitou o reenvio do texto para proceder aos ajustes.

6. Encaminhamento sobre Plano de Ação do Estado de Minas Gerais

Durante o encerramento, a presidente do CET, Juliana da Silva Pinto Carneiro, deu destaque central à situação do Plano de Ação do Estado de Minas Gerais, registrando:

- O plano de Minas Gerais ainda não havia obtido a ciência do Conselho Estadual de Saúde;
- Assim que o documento chegar, será convocada uma reunião extraordinária, com prioridade, para evitar qualquer atraso na avaliação e aprovação do plano.
- A presidente reafirmou o compromisso institucional de não retardar a aprovação, enfatizando sua importância no contexto geral dos trabalhos.
- Foi destacado que, com exceção dos estados Minas Gerais e do Espírito Santo (em fase de finalização, segundo representante presente), o conjunto de planos havia alcançado 100% de aprovação.

Juliana ressaltou a importância do encerramento do ciclo e o esforço conjunto das equipes estaduais, municipais e federais, destacando tratar-se de um trabalho técnico, árduo e essencial para a continuidade das ações do Programa Especial de Saúde do Rio Doce, em observância aos termos e disposições do Acordo Judicial.